

# A síncope das idéias: A questão da tradição na música popular brasileira

---

As sociedades se reconhecem cantando. Quando todos, ou a maioria, transmitem emoções através de uma mesma melodia, um mesmo ritmo, um mesmo compasso, revela-se inequívoca a presença do sentimento comunitário. A chamada “música popular” integra com destaque a “memória coletiva” inerente aos processos de construção das nacionalidades.

A partir das discussões em torno da moderna MPB (sigla, hoje, considerada uma instituição sociocultural brasileira), percebe-se o lugar social privilegiado ocupado pela música e o seu papel na construção de sociabilidades e na difusão de valores éticos e estéticos. Sinônimo de modernidade da linguagem musical e abrigo de diversos gêneros, estilos e formas musicais, o respeito a esta instituição ultrapassa os limites da estética,

quando assume o papel de guardião do passado musical brasileiro ou da “tradição inventada”, na qual o alicerce é o samba.

Em seu ensaio, que integra a coleção “História do Povo Brasileiro”, o historiador Marcos Napolitano, especialista em história da cultura, examina a constituição da música popular brasileira no século XX. Como ponto de partida, discute as imbricações ideológicas que fizeram com que uma expressão musical popular, no caso o samba, fosse transformada em símbolo nacional. Apesar de não definir claramente sua compreensão sobre o termo nação, Napolitano, ao longo do texto, trabalha com alguns conceitos-chave que permeiam essa temática, como memória, esquecimento, passado, futuro, além, é claro, da própria tradição.

---

**Fabiane Batista Pinto:** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

De forma detalhada, o autor comenta os mecanismos utilizados para a construção e manutenção de uma “tradição” a partir da música, destacando o samba como eixo norteador e fundante de uma cultura musical nacional: assinala continuidades e rupturas; revela conflitos ideológicos; ressalta conjunturas e aponta atores e agentes sociais envolvidos nessa empreitada. Dialoga com três momentos ou épocas decisivas no cenário musical brasileiro: a “descoberta” do samba; o movimento “bossa-novista” e o surgimento da instituição MPB.

Grande parte do texto tem como objetivo descrever as circunstâncias históricas e sociais que propiciaram a legitimação do samba como símbolo nacional, sobressaindo conflitos, polêmicas e tensões. No alvorecer do século XX, a importação de estilos, comportamentos, produtos, inclusive musicais, pelas elites e a rejeição às “coisas” nacionais, sobretudo às manifestações populares, anunciavam profundas fissuras da sociedade brasileira que ainda vivia as seqüelas da escravidão. O exercício da cidadania e o senso de coletividade, ou seja, a idéia de “comunhão de destino”, à qual se referia Otto Bauer (2000), eram práticas desconhecidas pela maioria da população. Como pensar em sentimento nacional e, finalmente, adentrar a modernidade em um país apartado

socialmente, vivenciando realidades profundamente diversas? A integração social seria, portanto, o grande desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira.

Como vários estudiosos da cultura brasileira, Napolitano compartilha a tese segundo a qual a construção de um sentimento nacional ou a idéia de “brasilidade” teve um forte apelo musical a partir da “invenção” do samba. No entanto, salienta que esta não foi uma tarefa fácil, tendo em vista a enorme rejeição que o gênero sofria, até mesmo por parte de artistas ligados ao universo musical popular. O autor descreve, como exemplo, o caso de Ernesto Nazaré, músico de formação erudita, que em suas apresentações nos salões da alta sociedade carioca do início do século fazia questão de ressaltar “minhas valsas não são maxixes”. Herdeiro de várias matrizes musicais, sobretudo o estigmatizado maxixe, o samba passou por diversas mudanças na sua estrutura rítmica e melódica, teve de ser adaptado a uma linguagem musical mais apropriada aos gostos e costumes da época, ou seja, o processo de assimilação deste gênero foi, cuidadosamente, pensado antes de ser incorporado ao imaginário coletivo.

O autor acompanha a idéia de que a afirmação e legitimação do samba como produto nacional intensificou-se a partir dos anos 1930, destaca um conjunto de fa-

tores que facilitaram a disseminação do gênero musical por todo o território brasileiro: as iniciativas e o apoio do Estado no afã de integrar a comunidade nacional; a oficialização do carnaval popular e o advento das escolas de samba; o surgimento de notáveis compositores ligados ao universo do samba, entre estes, representantes da classe média (Noel Rosa, Braguinha e Ary Barroso), e a ampliação de um público ouvinte que nasce junto com a incipiente indústria cultural, fomentada pela inovação tecnológica dos meios de comunicação de massa, com destaque para o cinema, o mercado fonográfico e o poderoso alcance do rádio.

Napolitano lembra um aspecto relevante na construção simbólica do samba, geralmente negligenciado por outros estudiosos, que foi o desejo dos marginalizados em integrar a sociedade, ou seja, não foi apenas um processo de dominação cultural passivo e servil: “A cidadenação, partida socialmente, reencontrava-se no plano simbólico” (p.10). O autor toca em um dos aspectos mais obscuros da construção da nação, que é a integração dos de “baixo”. No caso brasileiro, a música exerceu um papel importante, o sucesso do samba não só ajudou negros e mulatos a se perceberem integrantes da sua comunidade nacional como propiciou a comunicação entre grupos sociais distintos.

Os fluxos migratórios ocorridos no Rio de Janeiro são lembrados como um fato relevante para a integração dos grupos sociais. A capital da República acabou sendo o ponto de encontro de artistas oriundos de diversas regiões do país, o lugar propício para a “música dispersa nas esquinas”, ou seja, um campo fértil de trocas culturais de grandes criadores de estilos. Porém esse “encontro sociocultural” não teria êxito se não fosse a participação do que o autor classifica de “mediadores” culturais, peças fundamentais no longo processo de “criação” da música brasileira, entre os quais sobressaem intelectuais, políticos, jornalistas, grandes intérpretes do rádio, músicos representantes da classe média e os próprios sambistas:

Cartola, Ismael Silva, e Paulo da Portela destacam-se como mediadores entre o mundo letrado e o mundo do samba, em particular, e da cultura popular oral, como um todo. Os sambistas ligados às nascentes escolas de samba atuavam de acordo com uma estratégia consciente de reconhecimento social e cultural, patrocinando visitas de jornalistas, políticos e intelectuais às comunidades do samba (p.27).

O autor destaca outro ponto interessante: a disputa ideológica presente nos bastidores da “invenção”

do samba. Ao consultar registros da imprensa, arquivos públicos, declarações de personalidades, Napolitano revela como o interesse pelo gênero aglutinou simpatizantes de tendências partidárias opostas: da direita conservadora e da esquerda nacionalista. Com discursos próprios, cada qual defendia a legitimação do samba como representante da “alma nacional”:

Para a esquerda, o samba era a música do povo e deveria ser valorizado como expressão “autêntica”. Para a direita, o samba, por si, era “exótico”, mas poderia se tornar música brasileira, desde que “higienizado” e “disciplinado” (p.35).

A partir de 1935, a defesa do samba como “produto nacional” ganha destaque nos setores conservadores. Apoiado pelo Estado e pela política cultural oficial, na qual se distingue a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o processo de “domesticação” do samba teve resultados impressionantes, sobretudo no relacionado à criação de um samba “novo”, com mensagens positivas, de exaltação das glórias nacionais e de valorização do trabalho, mais apropriado à ótica da sociedade capitalista, urbana e moderna. Entretanto, conforme Napolitano assinala, nem todos os compositores acataram o discurso estatal, e a resistência aos des-

mandos do Estado manifestou-se de múltiplas formas. Na tentativa de burlar os censores, muitos parodiavam letras de canções consagradas, continuavam a denunciar a situação precária da classe social à qual pertenciam: “A canção ‘Recenseamento’ (1940), de Assis Valente, é um dos melhores exemplos de ironia em tempo de ditadura e de ufanismo nacionalista” (p.38).

O autor revela um dado curioso, a ligação dos comunistas com o universo do samba, especificamente com os compositores populares. A legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945 possibilitou uma reaproximação dos militantes com os setores populares, que enxergavam no samba um veículo importante da “consciência de classe”. Intelectuais e jornalistas de esquerda assumem o papel de “mediadores” entre esses dois mundos, resultando uma parceria entre o PCB e a União Geral das Escolas de Samba (UGES). O jornal *Tribuna Popular*, periódico de esquerda, passa a dedicar um amplo espaço de elogio ao samba e, em 1946, Luís Carlos Prestes é homenageado em desfile popular. Afirmo Napolitano: “A luta de classes cai no samba”.

O fracassado projeto de “democracia racial” prometido pelo Estado Novo, a crescente proletarianização e o agravamento das desigualdades sociais fazem com que a verve crítica reapareça com vigor, denunciando

do o agravamento das mazelas sociais, ou seja, “ocorreu um fenômeno inverso à domesticação do samba e sua transformação em gênero patriótico” (p.54). A partir dessa idéia, o autor me fez lembrar de canções memoráveis dessa época, sambas que retratam as fissuras da sociedade nacional, um momento em que até representantes da classe média como Ary Barroso, politicamente conservador e idealizador do “samba cívico”, adere ao estilo ao compor *Tá faltando um zero no meu ordenado* (1947), cuja letra comenta de maneira irônica a precária condição do trabalhador brasileiro.

Em continuidade, tendo como foco de análise os acontecimentos culturais e políticos do final dos anos 1950, o autor comenta a influência do movimento bossa-novista que, apesar de curto, revolucionou o cenário musical brasileiro. Destaca a conjuntura que propiciou a consagração do gênero: a maior participação de representantes da classe média, sobretudo de jovens universitários, tanto na produção como no consumo de música popular; o estreitamento da relação música e política ao assumir (a bossa-nova) o discurso modernizador do nacional-desenvolvimentismo promovido por Juscelino Kubitschek e a ruptura estrutural que o movimento proporcionou do ponto de vista melódico, rítmico e de interpretação da can-

ção, influência marcante nas gerações seguintes.

Napolitano retoma um debate que permanece vivo ao relativizar com a idéia defendida pelos folcloristas ou “neofolcloristas”, como prefere chamar, que, na época, desconfiavam das mudanças estruturais na base do samba e acusavam os líderes do movimento de deturparem a “autêntica música nacional”, ameaçada pela influência do jazz norte-americano. Ao contrário de Tinhorão, que acredita na desqualificação da música brasileira a partir de 1958, o autor defende a idéia de que ao mesmo tempo em que a bossa-nova rompia com o “antigo” jeito de compor samba, promovia a continuidade da tradição da música brasileira. A forma de interpretar, compor e, especialmente, tocar violão, de João Gilberto, representava esse elo entre o passado glorioso e a modernidade musical. O músico baiano dialogava com os compositores do passado, porém com uma linguagem musical que apesar de inovadora estava alicerçada no samba. Diz Napolitano:

O passado já não era mais folclorizado, mas reapropriado como material estético da modernidade. O batuque ancestral era incorporado de maneira contida e funcional, conciliando o apelo ao corpo e o apelo à alma (p.70).

## FABIANE BATISTA PINTO

Se a ameaça da invasão estrangeira, do ponto de vista musical, era a preocupação maior dos paladinos da tradição, Napolitano revela um dado importante: em dez anos, desde o surgimento da bossa-nova, o mercado de música brasileira quase duplicou, ou seja, nunca se produziu e consumiu tanta música nacional como na década de 1960. O fenômeno é explicado da seguinte forma: crescimento do mercado fonográfico; ampliação das redes de televisão com uma programação voltada para a música nacional que, por sua vez, criou um novo tipo de público ouvinte e pela explosão de movimentos estéticos musicais que marcaram as décadas seguintes, grande parte artistas herdeiros da bossa-nova.

O autor reproduz uma declaração dada pelo compositor Edu Lobo, que exemplifica muito bem os calorosos debates sobre a música brasileira e a preservação da tradição musical. Preocupação marcante nos anos 1960:

[...] Lembrando as influências originais do jazz, cabe aqui uma citação de Mário de Andrade: "A reação contra o que é estrangeiro deve ser feita espertalhonamente pela deformação e adaptação dele, não pela repulsa" [...] O compositor brasileiro tem que se basear, quer como documentação, quer como inspiração, no folclore. Hoje de qualquer modo

o samba deve ser considerado mais como fonte. Esta é a visão do futuro. Os que querem samba sempre igual não passam de conservadores derrotados de saída (p.115).

Os calorosos debates ideológicos que marcaram os tumultuados anos 1960 são o objeto de análise dos capítulos finais do ensaio. Detalhadamente, Napolitano descreve o cenário cultural da época, mostra como a música brasileira galvanizou diferentes projetos estéticos e políticos, centralizando as demais manifestações artísticas como o teatro, cinema e televisão. O destaque é para os lendários festivais da canção, que são lembrados como um espaço não só de contestação política mas de amálgama das várias matrizes musicais, ou seja, a partir da música a comunidade nacional se aglutina no plano simbólico. A música brasileira deixa de ser, exclusivamente, o espaço do samba e populariza outros gêneros, estilos e projetos específicos. É o encontro do Brasil moderno com o arcaico, do litoral com o sertão, do popular com o erudito, do romântico com o político, do universal com o nacional.

Segundo o autor, a difusão desse caldeirão musical por todo o território nacional esteve diretamente associada ao apelo comercial, fato que revelava, aparentemente, uma certa ambigüidade:

## A SÍNCOPE DAS IDÉIAS: A QUESTÃO DA TRADIÇÃO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Disseminar determinada ideologia nacionalista que pudesse ser assimilada por diversas classes sociais e realizar-se como produto de mercado, utilizando-se dos meios técnicos e organizacionais do mercado à sua disposição (p.93).

Logo, a criação da sigla MPB surge com a intenção, exclusiva, de formar uma nova comunidade de ouvintes.

Um dos grandes méritos do ensaio é justamente esse: o autor consegue definir essa instituição sociocultural complexa, ambígua, de uso corriqueiro tanto no meio acadêmico como no popular, a qual a maioria sabe o que significa mas tem dificuldade em explicar quando se fazem alguns questionamentos tais como: o que é MPB? O que faz uma canção ser reconhecida como tal? É uma forma de identificar somente os compositores modernos? Por que um artista como Cartola é tido como um compositor da MPB e Amado Batista, não? Segundo Napolitano, a institucionalização da “Música Popular Brasileira” ocorre entre 1965 e 1968. Além da qualidade estética o que estava em jogo era um conjunto de interesses:

Comerciais e ideológicos a um só tempo que definiu o lugar social da música popular. Nascia a Música Popular Brasileira, que passaria a ser escrita com maiúsculas, sinte-

tizada no acrônimo MPB, misto de agregado gêneros musicais com instituição sociocultural. A MPB sintetizava a busca da conciliação da tradição com a modernidade e foi gestada nos programas musicais da TV, assumida pela audiência, sobretudo de classe média, por empresários, artistas e patrocinadores (p.89).

A partir dessa abordagem comercial e cultural da MPB no cenário nacional no final dos anos 1960, Napolitano investiga as tendências musicais que surgiram nessa época, comenta os bastidores dos programas televisivos e dos festivais, fala dos conflitos entre projetos musicais distintos. Um período marcante que revolucionou os caminhos da música nacional e que repercute até nos dias atuais, um debate que continua aceso e que é objeto de interesse não só de especialistas como dos amantes da música brasileira em geral.

---

**Nota:** NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das idéias:** A questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.